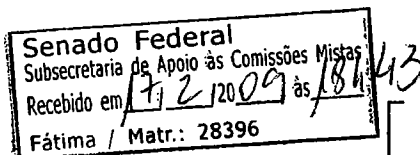




CONGRESSO NACIONAL



MPV-458

00111

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data -	proposição Medida Provisória nº 458 /2009
-----------	---

autor Vanessa Grazziotin - PC do B	nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao art. 12 da Medida Provisória nº 458/2009, a seguinte redação:

"Art. 12 – A regularização fundiária a que se refere esta lei será efetivada com base em cadastramento das ocupações de terras, com base em metodologia, por meio da qual são identificadas e registradas as ocupações existentes, por intermédio de georreferenciamento, balizado pela rede geodésica nacional, identificando-se e resolvendo-se os eventuais problemas para a devida regularização.

§ 1º – A regularização fundiária de que trata este artigo se desenvolverá de acordo com as seguintes fases:

I – delimitação da área a ser cadastrada, com identificação preliminar das ocupações em croquis esquemáticos;

II – georreferenciamento das ocupações, com preferência ao mapeamento das posses familiares;

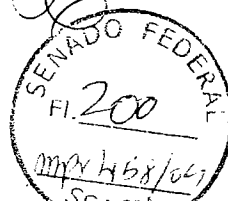
III – elaboração de mapa completo das ocupações da área a ser cadastrada, com conferência com imagens de satélite;

IV – titulação das posses de acordo com a legislação e a arrecadação das áreas não passíveis de regularização.

§ 2º – As eventuais situações de conflito serão submetidas pela autoridade fundiária federal a procedimento administrativo sumário a ser regulado em Decreto do Presidente da República;

§ 3º - As ações de cadastramento prevista neste artigo deverão ser precedidas de levantamento cartorial e digitalização do acervo de títulos e documentos.

§ 4º – O procedimento previsto no § 1º deste artigo será implementado pela União, por intermédio dos órgãos que compõem o Conselho de Gerenciamento da Regularização Fundiária da Amazônia Legal, com a participação, sempre que possível dos Estados e Municípios nos termos previstos no art. 34 desta lei.



Justificativa

Com a alteração proposta, visa-se regular a nova metodologia desenvolvida em outros países e já em curso em unidades da federação no Brasil como o Estado do Pará e do Amazonas, conhecida como "*varredura*".

Brasília, 17 de Fevereiro de 2009


Vanessa Grazziotin
PC do B – AM

